



AMAZÔNIA

Floresta: só para inglês ver?

O governo Lula diz que vai mudar a cultura do desmatamento pela cultura da floresta na Amazônia. Mas na hora de levar a sério esse compromisso, os órgãos do governo federal preferem ficar atrás do papel e da retórica. O desafio, se não for respondido, vai provocar nova explosão neste verão.

Acreditam alguns técnicos que ainda há 45 bilhões de metros cúbicos de madeira na floresta nativa amazônica, com seus 285 milhões de hectares, dos quais 246 milhões de hectares são considerados produtivos. Esse notável estoque, que representa um terço da madeira tropical do planeta, daria ao Brasil con-

**AS DUAS
FACES
DA CVRD**

(Pág. 5)

dições de dominar o comércio internacional de madeira tropical neste século, desbancando o domínio asiático.

Nas últimas duas décadas, a produção madeireira na Amazônia deu um salto espetacular: de 24% da produção nacional nos anos 80, pulou para 90% de toda a

madeira extraída no Brasil atualmente. Todos os anos saem da região 100 mil metros cúbicos de madeira, tendo São Paulo como seu principal mercado. A atividade emprega quase 600 mil pessoas. Mas é uma atividade precária, ou, como diz o jargão do dia, "insustentável". A grande maioria dessa extração é feita de forma ilegal e sem obedecer a normas técnicas. Contribuiu para que, nas quatro últimas décadas, 15% das florestas amazônicas desaparecessem. Ou mais de 500 mil quilômetros quadrados.

A continuar assim, um dia vai faltar madeira na Amazônia. Mais grave ainda: vai faltar floresta, que, como hoje se sabe, está muito longe de ser apenas uma concentração de madeira sólida. A floresta é o núcleo da biodiversidade amazônica. Sem ela, desaparece a incrível diversidade de vida na região, que, segundo alguns, representa um ativo de sete trilhões de dólares. Acaba, portanto, a própria Amazônia, ou o elemento que a define como tal. E o seu futuro.

O governo Lula promete, no Programa Amazônia Sustentável, substituir a cultura do desmatamento, que está ameaçando destruir a região, pela cultura da floresta, estimulando e impondo a utilização racional da riqueza florestal, para que seja uma atividade sustentável. Ou seja: que produza madeira – e muitos outros produtos de origem florestal – sem com isso destruir a riqueza que utiliza. O nome dessa forma de uso é "manejo florestal". Todos sabem que o único caminho válido é esse, embora pouco percorrido e insatisfatoriamente estudado. Das 2,5 mil empresas madeireiras instaladas na Amazônia, apenas 1,5% fazem manejo e possuem certificação pelo Conselho de Manejo Florestal, o FSC (*Forest Stewardship Council*, em inglês).

O manejo florestal costuma ser definido como um conjunto de técnicas adequadas, que são utilizadas para garantir a extração dos recursos florestais, incluindo a madeira, causando o menor impacto possível. O manejo florestal requer um investimento inicial maior (para poder ser explorada, a propriedade tem que ser zoneada, com a definição das áreas de floresta que podem ser exploradas e as áreas de preservação permanente, que precisam continuar intocadas), mas a médio e longo prazo o retorno tem sido compensador.

A Cikel, uma das raras empresas que faz manejo no Pará, administra 318 mil hectares de florestas com baixo impacto ambiental e mantém um índice de reflorestamento anual de 300 mil árvores nativas. A Mil Madeireiras, a primeira indústria certificada do país a trabalhar e lucrar com manejo empresarial, garante que a árvore manejada cresce 5,5 ve-

zes mais do que a derrubada com corte raso e predatório.

Esses exemplos mostram, juntamente com outras experiências e pesquisas, que a madeira certificada não é mais cara do que a explorada predatoriamente; e que há mercado para ela. Um dos mais interessados é o das indústrias de móveis de luxo, cada vez mais propensas a adquirir madeira certificada da Amazônia para moralizar e legitimar a compra da matéria-prima florestal da Amazônia.

Apesar da demonstração da rentabilidade econômica do manejo e das perspectivas crescentes de mercado para a madeira certificada, o compromisso retórico do atual governo ainda parece muito distante dos fatos. Em primeiro lugar, porque a maioria dos madeireiros prefere continuar a recorrer ao comércio clandestino. Em segundo lugar, porque há ainda muita margem de manobra (e, por conseguinte, de manipulação) para o manejo fraudulento. E também porque o próprio governo não assume uma postura decidida e sólida para colocar em prática a promessa de substituir a cultura do desmatamento pela cultura da floresta. O Pará é, atualmente, o exemplo vivo e dolorido desses impasses.

Tanto em área quanto em proporção, o Estado é um dos mais prejudicados pelo desmatamento. É também um dos alvos preferenciais da grilagem de terras, da especulação econômica e dos conflitos sociais, em grande parte causa e consequência da concentração da propriedade rural. O acúmulo de problemas acabou explodindo quando o prosseguimento da atividade madeireira entalou no gargalo da legalidade. O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) não quis mais ser o avalista da destruição e da clandestinidade, exigindo um brusco enquadramento do setor em todas as normas legais. Suspendeu a aprovação de 60% dos projetos de manejo florestal que lhe foram apresentados e condicionou o reinício da tramitação dos processos ao cumprimento das exigências.

Seguiu-se o caos. Na verdade, o funcionamento da indústria madeireira se baseava na premissa de que a lei foi feita para inglês ver. Poucas empresas estão em condições de se ajustar às exigências do Ibama a tempo de aproveitar o verão, cumprir seus contratos, manter sua estrutura e escapar à falência. A permanecer a situação atual, a safra deste ano estará quase toda perdida e muitas empresas irão quebrar. Haverá desemprego, mais tensão social e, inevitavelmente, a multiplicação e o agravamento dos conflitos que já ocorreram.

A saída é deixar tudo como estava para ver como é que fica? Naturalmente, não. Mas se os dirigentes dos órgãos públicos

do setor continuarem atrás de suas escrivinhas à espera de que os empresários se ajustem às novas disposições administrativas, com certeza receberão o impacto da explosão social inevitável. As normas põem em prática os dispositivos legais, a começar pelos que emanam da Constituição. Mas se a preocupação é meramente formal e retórica, de exigir o cumprimento da lei, e de imagem (fazendo de conta para o mundo que as coisas mudaram no tratamento do meio ambiente), então os efeitos poderão ser funestos.

Se não era mais tolerável o faz-de-conta do manejo para inglês ver, a impossibilidade de tornar factível um procedimento sério e conseqüente desestimulará os que querem entrar nessa nova e necessária etapa da exploração econômica dos recursos florestais da Amazônia e levará quem ficar no mercado a voltar a uma fase ainda mais primitiva: a da total clandestinidade.

Ela está prestes a se estabelecer, como mostram alguns acontecimentos recentes, absolutamente inéditos, como assaltos a sedes do Ibama (inclusive em Belém) para o roubo de processos e de ATPFs, as autorizações para o transporte de produtos florestais, que se transformaram em autênticas moedas no interior da região. Essa é a clandestinidade que se assumiu definitivamente criminosa, à sombra da limitação, da incompetência, da incapacidade ou da inapetência das autoridades.

Há formas mais sofisticadas, que consistem em burlas bem feitas. Os planos de manejo florestal são os mais correntes. Dados do Núcleo de Sensoriamento Remoto do Ibama revelam a concentração dos novos planos em dois municípios paraenses: Novo Progresso, na região sudoeste do Estado, e Porto de Moz, no vale do Xingu, onde estão agindo algumas das mais agressivas frentes de expansão da fronteira agrícola e da exploração florestal na Amazônia. Números do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) confirmam que os municípios de Novo Progresso e Porto de Moz, em conjunto, perderam quase 240 mil hectares de florestas nos últimos cinco anos.

Os planos de manejo, nesses casos, servem apenas para esquentar a pura e simples extração de madeira. Essa pirataria é consumada através de vários outros ardis. Um dos mais importantes é o uso de laranjas, que cedem seus nomes para que uma única pessoa requeira vários lotes contíguos, formando uma propriedade muito maior do que o limite constitucional para a alienação de terras sem consulta ao Senado, que precisa dar sua aprovação sempre que a transação envolver mais de 2.500 hectares.

Uma das decisões anunciadas pelo Ibama foi não aceitar mais as manobras que

permitted a alienação de lotes sucessivos através de prepostos. Formalmente, o instituto está coberto de razões. Mas sua atitude pode ter como conseqüências incrementar a mera grilagem, induzindo a indústria de falsificação de títulos. Mesmo que não mais houvesse o uso de laranjas e todos se enquadrassem na bitola legal, pergunta-se: qual manejo empresarial, feito com seriedade, se tornaria viável numa área de 2.500 hectares?

Certamente se pode alegar, que a saída seria, então, apoiar o manejo comunitário. Como hipótese de trabalho, sem dúvida. O Ibama até aprovou, recentemente, mais quatro manejos desse tipo, dois deles no Pará, um no Amazonas e outro no Acre, comprometendo-se a repassar-lhes 1,7 milhão de reais num período de três anos. Eles integram o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável (ProManejo), iniciativa conjunta do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, como parte do PPG7 (o programa de proteção de florestas tropicais, financiado pelos sete países mais ricos do mundo).

O ProManejo pretende promover o manejo da floresta a partir de ações de extensão, fomento, assistência técnica e fortalecimento da organização comunitária, para que elas funcionem como catalisadores de mudanças nas suas regiões ou em sistema de produções afins. Seu principal mérito seria manter em pé as florestas nativas, a despeito da extração de madeira, feita de tal maneira a não colidir com os demais usufrutos ambientais proporcionados pela floresta. Tais comunidades rurais, na maioria das vezes marginalizadas economicamente, ocupariam um terço das florestas da região e somariam seis milhões de pessoas, segundo avaliação de alguns técnicos.

Essa é uma das boas alternativas da Política Nacional de Floresta, mas não é a única, não é a que vai dar retorno mais imediato, nem a mais importante a curto e médio prazo. O manejo florestal comunitário deve ser apoiado com ênfase crescente, mas também a atividade empresarial não pode ser ignorada, embora certamente sem receber o que o governo anterior lhe prometera: o direito de explorar metade dos 50 milhões de hectares que seriam transformados em florestas públicas, à semelhança do modelo asiático, possibilitando-lhes diminuir os custos de aquisição e manutenção de terras, evitar os complicados e explosivos problemas fundiários da Amazônia e livres da contingência de recorrer a terceiros para abastecer-se de matéria prima.

Se o limite constitucional de 2.500 hectares é benéfico e se o Senado mostra-se incapaz de apreciar e decidir sobre alienações de áreas maiores (não tomou qualquer decisão a respeito até hoje), a con-

clusão correta não deve ser cruzar os braços e assistir à selvageria que se estabelecerá no sertão amazônico, com florestas derrubadas e sangue.

A atitude correta devia ser o governo suspender definitivamente a venda de terras públicas. Esse instituto deve ser abolido para, em seu lugar, surgirem formas de concessão, a título precário, condicionadas a contratos, através dos quais o Estado exigirá o ajustamento do empreendimento produtivo às normas ambientais e condicionará a concessão ao cumprimento do que for estabelecido, sob pena de cancelamento do contrato.

O Iterpa (Instituto de Terras do Pará) propôs ao Ibama algo que contempla essa nova situação, mas não esgota as providências que o poder público deve adotar. Não basta estabelecer a relação fundiária com o particular através de autorizações de uso, sem transferência de domínio. O governo precisa atuar também no plano silvicultural. Ao invés de elaborar o plano de manejo, o particular apenas o financiaria e o acompanharia. O agente do processo seria o próprio poder público, diretamente, através do seu serviço florestal, e indiretamente, através da contratação de terceiros. O custo dessa empreitada seria coberto pelo pagamento de uma taxa, cobrada em relação ao tamanho da área concedida para uso pelo Estado. O controle privado só se estabeleceria no momento da exploração.

Além de inserir a área específica de manejo no território estadual, verificando a compatibilidade do uso desejado com a aptidão real da área (o que exigirá macro e micro-zoneamento ecológico-econômico), o Estado estabelecerá cláusulas contratuais que obrigarão a empresa a utilizar mão-de-obra local qualificada (ou qualificável) em seu próprio projeto e associá-lo a projetos comunitários em torno, de tal maneira que seu suprimento seja em parte obtido pela própria empresa e em parte por produtores e fornecedores da vizinhança. Assim, talvez se evitem os erros e vícios do modelo asiático, que criou enormes plantios homogêneos e empreendimentos tipicamente de enclave, favorecendo a devastação ambiental e o êxodo rural.

É claro que o aparato institucional que hoje existe não é capaz de realizar essa autêntica revolução na forma de utilização dos recursos florestais da Amazônia. O Iterpa, que precisa urgentemente se modernizar, se qualificar e remunerar melhor seu quadro técnico, atua apenas no âmbito fundiário. O governo do Estado precisa urgentemente criar seu Instituto de Floresta, com maleabilidade burocrática e disponibilidade de recursos à altura das tarefas que o aguar-

dam impacientemente há muitos anos. Dentre as quais está a de consolidar e regulamentar o Código Florestal do Pará.

Assim, o Estado assumirá plenamente a gestão do seu território, capaz de ordenar a ocupação do solo e controlar o uso dos recursos naturais, com o concurso da instituição federal, o Ibama. As duas instâncias deveriam partilhar competências e agir em sintonia, acabando-se com a competição e o conflito que hoje predominam em suas relações. Um duplo grau de jurisdição, quando pactuado, também evitará as distorções que o monopólio de mando invariavelmente produz, criando vícios, dependência e corrupção.

Um entendimento de alto nível desfaria o clima de frustração e desorientação, que funcionou como contrapeso à reunião que, no dia 5, em Belém, na qual o governador Simão Jatene e o presidente do Ibama, Marcus Barros, firmaram um pacto de cooperação técnica entre os governos federal para atender os interesses do Estado. A cooperação deveria ser efetivada por intermédio da Câmara Técnica Intersetorial, formada por 17 instituições estaduais, ONGs e órgãos federais). A Câmara Intersetorial deveria mediar e deliberar sobre conflitos florestais, fundiários e ambientais.

Houve na ocasião discursos emocionados de ambos os lados e promessas de se ingressar numa nova era de entendimento, mas logo depois normas e circulares baixadas pelo Ibama de Brasília restabeleceram o *status quo* anterior, um órgão criticando o outro e fazendo exigências impossíveis de serem atendidas ou, se cumpridas, insuficientes para mudar de fato a forma de exploração dos recursos florestais. Isto, sem considerar duas outras frentes econômicas que já são de há muito ou estão se tornando mais agressivas do que a indústria madeireira: a pecuária e a cultura da soja.

A continuar assim, o verão promete voltar a ser quente outra vez, não só no clima.



Curto-circuito entre Brasília e Belém

O governador Simão Jatene, mesmo estando em Brasília até a noite da véspera, não foi convidado pelo Palácio do Planalto para acompanhar a visita do presidente Luís Inácio Lula da Silva ao Pará, na semana passada. Já na capital paraense, as relações entre o presidente e o governador variaram entre o cordial e alegre e o apimentado e malicioso. Houve risos e elogios, mas também críticas veladas ou abertas, franqueza e dissimulação.

O tom ambíguo prosseguiu no momento seguinte, quando Jatene foi convidado, de improviso, para integrar a comitiva presidencial ao Peru, nesta semana, mas as amabilidades não se traduziram em compromissos concretos. Ao que parece, Brasília e Belém não querem brigar, mas não estão dispostas a se entender, inclusive porque não há em seus horizontes uma perspectiva de composição ou aliança. Parecem condenadas a ocupar campos opostos.

Independentemente do que Lula diz ou fala, dois fatos já estão pesando no relacionamento do governo petista com a administração Simão Jatene. O primeiro foi a ausência do governador paraense ao ato solene de lançamento do Programa Amazônia Sustentável, em Rio Branco, no Acre, em maio. Além de ter sido o único dos governadores da região a não atender o convite do Palácio do Planalto, o motivo alegado para a falta foi posto em questão quando, num final de semana, Jatene se acidentou em uma pescaria.

O outro fato é político. Todos os quatro deputados da bancada do PSDB do Pará na Câmara Federal votaram contra a reforma da previdência proposta. Foi a maior derrota do governo federal, considerando a base política dos governadores dos principais Estados da federação. No Norte, a vitória obtida no Pará – por 9 a 8 – foi a mais apertada de todas, equiparando-se, em termos nacionais, ao resultado de Goiás. O Pará contribuiu com apenas

10% dos votos favoráveis dados na Amazônia à reforma da previdência e com 50% dos votos contrários.

Esse mau desempenho fez logo uma vítima pouco percebida, a ex-deputada Elcione Barbalho, que decidiu abandonar seu posto de representante do governo do Pará em Brasília. Mas mostrou que o diálogo entre Belém e Brasília está diante de um campo minado. A principal ameaça é outra reforma federal, a tributária. Apesar das promessas

e manifestações de boa vontade, parece claro que o

Planalto não modificará

o texto do projeto re-

metido ao parlamento

para assegurar

as compensações

reivindicadas

pelo Pará por

causa da de-

soneração das

exportações. Esse

paliativo não entra-

rará no texto consti-

tucional. O con-

trário é que

acontecerá se

a última ver-

são da reforma

prevalecer.

Essa configuração

significará privar a

administração pú-

blica estadual de

um programa mí-

nimo de investimentos, condenando-a ao

mero custeio.

O governo do Estado ficará congelado, enquanto as agências federais serão aquecidas por recursos constitucionalmente assegurados, como o FNO, administrado pelo Banco da Amazônia (que é presidido por um representante direto do governador petista do Acre), e a ex-quase-futura Sudam, com seu fundo de desenvolvimento. Ainda que esses dois órgãos tivessem uma gestão técnica, seus dividendos políticos resultarão em enfraquecimento do PSDB local e fortalecimento do PT. Logo, funcionarão como sementes do confronto municipal de 2004 e geral de 2006.

O ar de eleição, portanto, já varre o perfume do protocolo de gentilezas entre o Palácio do Planalto e o Palácio dos Despachos. Sinal de que podem vir tempestades por aí.



● Débito

Desde o dia 17 de julho a Celpa (Centrais Elétricas do Pará) é considerada devedora remissa pela Secretaria da Fazenda do Estado. Por isso, está impedida de ter qualquer tipo de transação com as repartições públicas, inclusive autarquias, e os estabelecimentos creditícios controlados pelo governo estadual, ao menos até regularizar sua situação junto à dívida ativa.

● Argumento

Frei Betto, assessor especial do presidente Lula, tem qualidades notáveis, mas está longe de ser um argumentador de fé. Num artigo escrito para a *Folha de S. Paulo* em defesa da reforma agrária, ele argumenta que os antecessores do seu atual chefe não cumpriram o que haviam prometido para o campo. Sarney prometeu dar acesso à terra a 1,4 milhão de famílias e só assentou 6% delas, ou 90 mil. A meta de Collor era 500 mil famílias, mas só 23 mil foram beneficiadas. Das 90 mil anunciadas por Itamar Franco, o governo atendeu 12,6 mil.

Quando chega na avaliação de Fernando Henrique Cardoso, frei Betto diz que FHC “promoveu um simulacro de reforma agrária, assentando famílias em localidades sem nenhuma infra-estrutura e despertando, via postal, uma ilusão de acesso à terra que frustrou a esperança de milhares que nunca obtiveram a resposta esperada”.

Talvez frei Betto tenha razão nesse juízo, mas por que esqueceu a estatística aplicada sobre os governos anteriores? Os números não serviam mais aos seus propósitos?

Isso pode ser jesuitismo ou maquiavelismo, mas, como diria o prefeito Odorico Paraguassu, não é democratismo.

● Ação

O Banco da Amazônia executou na justiça um de seus ex-presidentes, o advogado Augusto Barreira Pereira. A outra ré na ação, deferida pela juíza da 20ª vara cível da capital, Diracy Nunes Alves, foi a Vale Jaguar Agroindustrial e Mercantil. Barreira foi apontado como responsável por uma série de operações irregulares, feitas quando ocupou uma das diretorias e, interinamente, a presidência do banco. Em 1988, quando o rombo foi apurado, o desvio alcançava o equivalente a 30 milhões de dólares.

CVRD: o retrato da ambigüidade

Enquanto se tornava *persona non grata* no Pará, alvo da maior campanha de críticas a uma só empresa da história recente do Estado, a Companhia Vale do Rio Doce acumulava trunfos nacionais e internacionais invejáveis.

A CVRD registrou lucro líquido recorde, de 2,4 bilhões de reais, no primeiro semestre deste ano. Seu valor de mercado cresceu quase 20% nesse período, pulando de 11 bilhões para 13 bilhões de reais, acima da média (de 16%) das maiores corporações mineiras do mundo. A Vale conseguiu captar mais 300 milhões de dólares no mercado internacional, economizando de imediato US\$ 10 milhões porque a taxa de risco dos seus papéis é inferior ao dos títulos do governo brasileiro. Isto é: o aplicador internacional tem mais fé na empresa do que no país onde ela está instalada. Talvez por causa da sua imagem atual, a Vale foi a primeira dessas grandes corporações mineradoras a fechar contratos de venda de minério de ferro, com reajuste de preço de 9%.

Qual a razão de tanto sucesso? Segundo os dirigentes da própria empresa, sua decisão de se concentrar na mineração e de expandir seus negócios em todo o mundo, montando uma base de sustentação para dar credibilidade aos contratos que assina. Com uma rede de minas, ferrovias e portos que nenhum concorrente possui, a Vale está dando passos firmes para subir ao pódio reservado aos três maiores do setor. E ir além.

Todo esse capital depende do maior de todos os patrimônios da empresa: as riquezas naturais e as concessões que estão sob o seu controle no Pará. Como é, então, que enquanto a CVRD vai cada vez melhor, o Pará se enreda em problemas cada vez mais graves? Por que a curva dos resultados alcançados pela empresa segue num acelerado ritmo ascendente e a do Estado evolui muito mais discretamente, quando não cai?

A resposta é clara: a Vale transfere para fora do Pará grande parte da renda gerada por suas atividades econômicas e todo o processo industrial que se segue à extração dos minérios e seu primeiro beneficiamento. Sendo uma empresa mineradora, impõe ao Estado uma função extrativista que o condenará ao atraso.

Tem sido assim. Mas assim terá que ser para sempre?

Esta é a questão. Pode-se resolvê-la de uma forma curta e grossa: tentando estrangular a empresa, impedindo-a de funcionar. Mesmo que às vezes não tenham esse objetivo, ou não o declarem, é isso o que alguns parlamentares e executivos poderão conseguir com as medidas de retaliação que têm proposto ou já conseguiram aprovar. A taxa a ser aplicada sobre o “poluidor pagador”, por exemplo, ainda que não seja legalmente temerária (ou francamente inconstitucional), é ruína quando engole 10% do faturamento bruto da empresa, independentemente dos ônus tributários e fiscais já existentes, por conta de uma compensação pelo dano a ser paga mesmo que o agente dessa lesão o esteja mitigando dentro das normas em vigor. Essa cumulatividade torna mais negócio taxar a empresa do que produzir o que ela produz. Assim, a racionalidade econômica e a atratividade do negócio vão para o espaço.

Se funcionar como um canal de protesto contra os efeitos negativos da atividade da empresa e a necessidade de ela redefinir seu papel no Estado, essa onda de protestos será proveitosa. Mas se evoluir para um confronto aberto, a medição de forças, movida por emoção, provavelmente só causará prejuízos – e a ambas as partes.

Está na hora de a CVRD, o governo e a sociedade paraense sentarem à mesa para encontrar uma forma eficiente e rápida de a mineração evoluir para a siderurgia e a metalurgia no Estado, não como uma compensação, mas como uma deliberação conjunta em favor da renda, do emprego e do progresso internos. O comando do processo cabe ao governo, mas como o governo se encontra institucionalmente inabilitado para essa tarefa, sua primeira tarefa é conquistar legitimidade, credibilidade e autoridade para ocupar essa posição como representante da sociedade e defensor dos interesses do Estado. Essa qualificação requer a pressão, a cobrança e o acompanhamento da sociedade, por ser flagrante a lentidão e insuficiência da administração pública.

Se a Vale, além de resistir a essa cobrança, se recusar a mudar seu papel de enclave, aí, sim, esgotado o diálogo sereno, competente e rigoroso, caberá ao Pará combatê-la firmemente para evitar que venha a ter o destino reservado às áreas coloniais.

● Atraso

A grande imprensa nacional anunciou, no dia 15, que a Companhia Vale do Rio Doce decidiu antecipar para o primeiro trimestre de 2004 a expansão da produção de Carajás, antes programada para 2005. Dos atuais 56 milhões de toneladas anuais, o chamado Sistema Norte passará para a escala de 70 milhões de toneladas, ao custo de 70 milhões de dólares (ou mais de 200 milhões de reais). A antecipação foi motivada pelo crescimento, além das expectativas, da demanda por minério de ferro e vai poder se viabilizar porque na mesma época já estará em operação o terceiro pier do terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão.

A antecipação da ampliação de Carajás foi revelada aqui, com exclusividade e maior riqueza de detalhes, um mês atrás (ver **Jornal Pessoal 305**). O **JP** mostrou que, pela primeira vez em muitos anos, a CVRD não foi capaz de atender as encomendas dos seus clientes através de produção própria de minério, precisando recorrer a terceiros para complementar (em 12 milhões de toneladas) os compromissos assumidos. E que a ampliação vai tornar a Vale responsável por um terço de toda comercialização interoceânica de minério de ferro, uma grandeza a exigir a reflexão de todos sobre a posição da empresa no Brasil e no mundo. Grandeza que pode ser tanto positiva quanto negativa, dependendo da coincidência entre sua estratégia comercial e os interesses do país.

● Anacronismo

O presidente do Inbra, Marcelo Resende, pode ter ressuscitado esperanças em Altamira, onde esteve na semana passada. Mas junto com a esperança pode ter reaquecido um morto-vivo: o Projeto Agroindustrial e Canavieiro Abraham Lincoln, mais conhecido por Pacal. Com um passivo enorme e uma dívida de três milhões de reais somente no comércio local, o Pacal está tecnicamente condenado, sem viabilidade de renascer pelas leis do mercado.

Para voltar a funcionar, e ainda assim precariamente, só com subsídio oficial. Resende prometeu injetar mais oito ou 10 milhões de reais no empreendimento, que já começou problemático, 30 anos atrás, por seus equipamentos obsoletos, e sofre as conseqüências da inatividade há três safras.

A volta do governo ao Pacal é como se o passado também retornasse.

● Comparação

Em novembro do ano passado, na edição 294 deste jornal, escrevi, mais de um mês antes da posse do novo presidente do Brasil:

“Alguns estão buscando luzes mais fortes no paralelo [*de Lula*] com outro líder socialista europeu, o espanhol Felipe González. Mas certamente há mais o que comparar entre Lula e Lech Walesa, ambos operários, líderes da categoria, animadores de sindicato e formadores de partido. O desfecho de Walesa pode ser mais instrutivo para Lula do que a trajetória ascendente do líder polonês. As lições, bem aprendidas, podem poupá-lo de surpresas desagradáveis”.

Na semana passada, com quase oito meses de Lula presidente, o sociólogo canadense André Gunder Frank, um dos fundadores da “teoria da dependência”, tão cara ao pensamento latino-americano, observou que Lula está trilhando caminho semelhante ao do presidente-operário da Polônia: foi eleito para mudar, mas continuou a política dos seus antecessores. A punição de Walesa foi não conseguir se reeleger. Lula, que ainda está à distância desse momento, já começou a se manifestar contra a reeleição. Embora “em tese”.

Reconforta estar em boa companhia no paralelismo Lula-Lech.

● Litígio

Quem acompanha com mais atenção a briga entre o grupo Liberal e a CVRD deve ter-se surpreendido com o destaque dado pela TV Liberal a uma entrevista do presidente da Vale, Roger Agnelli, reproduzida integralmente, e à contínua publicação, no jornal, das notas de esclarecimento enviadas pela empresa. Uma mudança tão brusca e acentua-la na cobertura, se não se deve a uma decisão editorial, é produto da orientação de advogado. Respeitando o direito de resposta e dando ao tratamento jornalístico uma perspectiva pluralista, o grupo Liberal se comporta profissionalmente, como não vinha fazendo, e afasta de si a acusação de promover campanha de difamação.

O contencioso judicial prossegue normalmente no fórum de Belém. Novas peças foram juntadas aos autos pelas partes e testemunhas indicadas. Mas ainda não houve decisão. A primeira será sobre a cobrança judicial proposta pelas Organizações Romulo Maiorana, com base em título que a CVRD diz ser frio.

Romulo Maiorana Jr. e Roger Agnelli estiveram próximos durante a visita do presidente Luís Inácio Lula da Silva a Belém, na condição de convidados. Mas não chegaram a se encontrar.

Senadora fala sobre a fraude

A senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará, quebrou o silêncio geral ao se manifestar, na sessão do Senado do dia 6, sobre a tentativa de fraude de que foi vítima (ver, a propósito, Jornal Pessoal 305 e 306). O pronunciamento da senadora foi o seguinte:

Gostaria de fazer um breve registro em desagravo ao jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, em razão do constrangimento que lhe foi imposto pelo site *Observatório da Imprensa*, que chegou a atribuir ao jornalista a autoria de uma matéria que foi criminosamente enviada à publicação em seu nome, mesmo após este ter enfaticamente comunicado ao site que não era o autor do escrito, tendo na verdade, sido vítima de uma falsificação de seu e-mail.

O jornalista Lúcio Flávio Pinto é um dos mais proeminentes profissionais da imprensa brasileira, em particular da Amazônia. Editor de uma experiência singular no jornalismo local, quinzenalmente à dezesseis anos publica o **Jornal Pessoal**, espaço de debate e informação sobre temas candentes que surgem na maior região do Brasil, tendo sido já por diversas vezes premiado, inclusive internacionalmente.

No início de julho de 2003, o *Observatório da Imprensa* recebeu um e-mail em nome do jornalista, no qual o remetente prometia fazer denúncias sobre a conduta de jornalistas atuantes na grande imprensa nacional, os quais supostamente agiriam como o malfadado repórter do *New York Times*, Jayson Blair, recentemente desmascarado por fraudar o conteúdo de diversas matérias.

Ao tomar conhecimento do fato, o jornalista Lúcio Flávio Pinto imediatamente comunicou a fraude ao editor de plantão do *Observatório da Imprensa*, declarando peremptoriamente não ser o autor da reportagem. Para sua surpresa, recebeu a seguinte resposta do editor-assistente Luiz Antônio Magalhães, a qual reproduzo sua parte principal:

“O caso do artigo enviado na semana passada será tema de debate na próxima edição do Observatório. Nós investigamos o caso – inclusive rastreando o e-mail do Yahoo que foi usado para passar a matéria – e temos evidências suficiente para concluir que o texto é realmente de sua autoria. O Klester e o Cláudio Ângelo deverão escrever a respeito, o Dines comentará o episódio e Marinilda e eu escreveremos um texto contando a história da investigação posterior. Pretendemos dar conhecimento a você do material produzido por nós e abrir espaço para sua defesa.”

Pode-se imaginar a situação kafkiana e inédita na qual se encontrou o jornalista, acusado de produzir uma matéria onde, por sua vez, acusaria diversos profissionais da imprensa de fraudarem

suas reportagens e, mesmo diante de sua veemente negativa, alertando inclusive que o e-mail enviado ao *Observatório* não era o que usualmente utilizava, mas sim um criado no site Yahoo, via-se diante da pos-

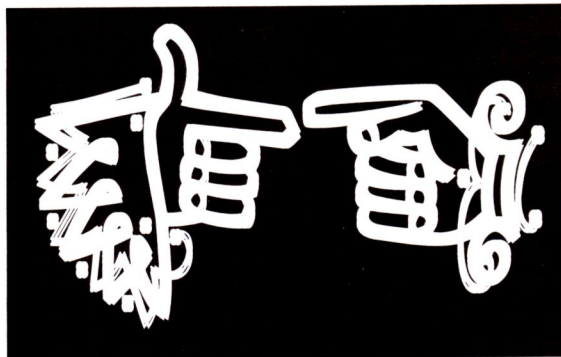
sibilidade da malfada falsificação ser publicada com sua assinatura.

Felizmente, a matéria não foi ao ar, tendo sido descoberto a tempo que o e-mail de onde provira fora criado em São Paulo, configurando claramente a fraude perpetrada contra o jornalista Lúcio Flávio Pinto.

Apesar disso, não é admissível a postura inicial do *Observatório da Imprensa*, admitindo como verdadeira uma reportagem, mesmo diante da negativa veemente de seu suposto autor, e ameaçando veiculá-la contra a vontade deste.

Há sempre de se lembrar, especialmente em um momento como o atual, onde têm surgido no Brasil e no mundo evidentes sinais de intimidação à liberdade de imprensa que, um dos principais esteios desta garantia constitucional é a credibilidade e responsabilidade dos meios de comunicação, em praticar um jornalismo plural e sustentado em fatos e dados sólidos, evitando a todo custo o sensacionalismo fácil.

Era o que tinha a dizer.



● Começo?

Luiz Carlos de Moraes Corrêa Lima, irmão do desembargador Geraldo Lima e assistente em seu gabinete, foi exonerado do cargo, a pedido.

● Terras

O Estado deixou de aguardar de braços cruzados o cumprimento da promessa que o governo federal lhe fez, 15 anos atrás, de devolver as terras que foram federalizadas entre 1971 e 1976. Na semana passada o Diário oficial publicou a arrecadação sumária de seis glebas, cinco em Oriximiná e uma em Faro, abrangendo quatro milhões de hectares.

Embora o processo possa vir a ser questionado, tanto judicialmente como tecnicamente, sobretudo por não dar segurança sobre a inexistência de titularidade na área, a iniciativa se justifica. Mais importante do que saber se as terras deviam continuar sob jurisdição federal ou voltar ao domínio do Estado, porém, é o destino que o Iterpa, responsável pela arrecadação, dará a essas seis glebas, a maior das quais, em Oriximiná, com quase 1,3 milhão de hectares.

Se for para vender ou para deixá-las sujeitas a grilagem, como vem ocorrendo na gleba Nova Olinda, em Santarém, terá sido uma involução, ainda que a pretexto de uma causa nobre.

● Débito

Desde o dia 17 de julho a Celpa (Centrais Elétricas do Pará) é considerada devedora remissa pela Secretaria da Fazenda do Estado. Por isso, está impedida de ter qualquer tipo de transação com as repartições públicas, inclusive autarquias, e os estabelecimentos creditícios controlados pelo governo estadual, ao menos até regularizar sua situação junto à dívida ativa.

● Ação

O Banco da Amazônia executou na justiça um de seus ex-presidentes, o advogado Augusto Barreira Pereira. A outra ré na ação, deferida pela juíza da 20ª vara cível da capital, Diracy Nunes Alves, foi a Vale Jaguar Agroindustrial e Mercantil. Barreira foi apontado como responsável por uma série de operações irregulares, feitas quando ocupou uma das diretorias e, interinamente, a presidência do banco. Em 1988, quando o rombo foi apurado, o desvio alcançava o equivalente a 30 milhões de dólares.

PPA de Lula: o que mudou?

O Grupo de Assessoria Internacional do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil divulgou, no início do mês, um relatório sobre os investimentos em infraestrutura que o PPA (Plano Plurianual) do governo Lula pretende efetuar no período 2004-2007 na Amazônia. Os mais importantes são o asfaltamento da estrada Santarém-Cuiabá, as hidrelétricas de Belo Monte (no Xingu) e do Madeira (em Rondônia), e os gasodutos entre o Amazonas, o Acre e Rondônia.

Essas obras, mesmo quando ainda não iniciadas, atraem intensa migração e, com ela, a ocupação desordenada da terra, com seu fenômeno acompanhante, o desmatamento, que, segundo os técnicos, “parece destinado a aumentar ao longo dos próximos anos, agravando as tendências já registradas em 2002 e atingindo novas regiões, como o sul do Amazonas”.

Nada de novo no front. Era assim que agiram todos os governos anteriores, inclusive o imediatamente anterior, de Fernando Henrique Cardoso, com o seu “Avança Brasil”, abrindo fronteiras que se expandiam em velocidade incontrolável, com efeitos negativos. Através do Programa Amazônia Sustentável, o governo Lula pretendia introduzir um componente novo no âmbito do PPA, mas, se quisesse realmente orientar ações e investimentos setoriais nos seus cinco eixos estratégicos, o PAS deveria ter a natureza de *plano*, observam os técnicos: na forma de *programa individual*, faltava “qualquer garantia de efetividade a partir da ausência de recursos específicos para a implementação das ações relevantes, que incluem a infraestrutura adequada para o desenvolvimento regional”.

O PPA do governo Lula repete o plano do consulado FHC, não se preocupando em “compatibilizar a expansão da infraestrutura com o uso sustentável dos recursos naturais e o bem estar das populações regionais”, o que significa que o crescimento econômico engendrará os mesmos problemas observados atualmente. Mesmo um projeto novo, como o das usinas hidrelétricas do rio Madeira (e da hidrovía interligando Guaporé e Beni), “é necessário observar que na região andina

boliviana e peruana, a distância relativamente pequena das fronteiras com o Brasil, existem condições de geração hidroelétrica, em função de um desnível muito maior, muito mais favoráveis que nas planícies amazônicas”, asseveraram os técnicos. Com uma atitude efetivamente inovadora, o governo faria a obra com menores custos econômicos e ambientais. “O objetivo de promover a integração econômica e política sul-americana, que está entre os pressupostos do projeto do Rio Madeira, pode também ser atingido com projetos conjuntos de aproveitamento do potencial hidroelétrico das regiões andinas”, acrescentam.

Eles alertam ainda sobre questões críticas do ponto de vista ambiental e social do projeto. “Produzir 25 milhões de toneladas/ano adicionais de soja na região do Guaporé (apenas do lado brasileiro) e extremo oeste de Mato Grosso significa utilizar aproximadamente 80 mil km² de terras para agricultura mecanizada nesta região. Isso pode acontecer ou por meio de desmatamento ilegal (pois legalmente isso implicaria propriedades privadas agregando mais de 400 mil km², ou seja maiores do que a região em si) e/ou de expulsão de agricultores familiares e populações tradicionais”. Observam, porém, que “a maioria desta região é considerada pelo Zoneamento de Rondônia como destinada a extrativismo vegetal, manejo e unidades de conservação”.

Os integrantes do grupo de assessoria (Roberto Smeraldi, presidente, Adílson Serrão, vice-presidente, Bertha Becker, Manuela Carneiro da Cunha, John Forgach, Manfred Niekisch e Manfred Nitsch), advertem que “a mudança e a falta de clareza da orientação governamental” estariam gerando “uma perplexidade geral, inclusive entre os doadores [do Programa Piloto do PPG-7], sob a qual jaz a preocupação básica do risco de perdas irreparáveis do sentido maior do Programa: o marco histórico que representou na conquista de uma política sócio-ambiental para a Amazônia, associada à força do apoio multilateral dos países doadores, experiência única no planeta na escala em que vem sendo implementada”.



FOTOGRAFIA

Aristocracia

Em 1953 a Assembléia Paraense dava-se ares de clube aristocrático. Um dos acontecimentos mais importantes da sua programação era a festa do reveillon, para a qual era exigido o smooking. Todos os associados, a caráter, sentavam em rústicas cadeiras de fórmica diante de mesas simples, como registra a foto, capitaneada pelo então prefeito de Belém, Lopo de Castro, tendo ao lado a esposa, dona Conceição. Os contratos do clube sofisticado.

CINEMA

Choro livre

Quem não verteu suas lágrimas, ostensivas ou escondidas, diante de um dramalhão latino, seja mexicano ou italiano? A história trágica podia ser projetada na tela do cinema ou sair das páginas de *Grande Hotel*, a consagrada revista de fotonovelas. Um lugar certo para chorar naqueles dias de 1957 era no Cine Art, na praça Brasil, nos dias em que a casa não estivesse exibindo os produtos da cultura francesa, que lá tinha seu melhor reduto, ou da inglesa RKO. Hoje ainda se chora no mesmo prédio, mas por outros motivos. O cinema foi substituído por uma casa de oração, mais uma dessas neo-igrejas que proliferam na cidade.



Cine **ART** HOJE — às 13.30 — 15.30 — 17.30 — 19.30 — 21.30 horas — HOJE



Domingo, às 10 horas em avant-première: "CONDENADAS PELO MUNDO" com Amedeo Nazzari.

Furtos

Dizendo-se repórter do jornal Folha do Norte, Ubiratan Machado, de 19 anos, conseguiu alugar um apartamento no edifício Marajó, em Belém só quando outros moradores começaram a se queixar de furtos, descobriu-se que Ubiratan era, na verdade, o ladrão "Fina Flor", um carioca sem dinheiro para se manter na cidade ou voltar para o Rio e que, nesse impasse, decidiu aplicar o golpe.

Do professor Almerindo Trindade, uma das vítimas, "Fina Flor" surrupiou um óculos, uma caneta Parker 51 e um relógio Omega. Já Miguel Salame foi despojado de um revólver americano calibre 32 duplo. Dos objetos roubados, apenas algumas camisas e o relógio ainda não haviam sido devolvidos aos seus proprietários originais quando "Fina Flor", ao invés de voltar à terra carioca, foi mandado para o pátio da Central de Polícia, em janeiro de 1953.

Navios

Em maio de 1954 os SNAPP (desmembrado anos depois na Enasa e na CDP, para cuidarem separadamente da navegação e dos portos) expuseram ao público as maquetes dos navios encomendados na Holanda e que constituiriam a famosa "frota branca" (da qual o mais célebre navio seria o "Presidente Vargas").

À inauguração da mostra, no térreo do edifício-sede da Importadora de Ferragens (então o mais famoso da cidade), compareceram, entre outros, o superintendente da SPVEA (atual Sudam), historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, o representante do prefeito, deputado Reis Ferreira, deputados Epílogo de Campos e Clóvis Ferro Costa, coronel Ferreira Coelho (respondendo pelo comando da 8ª Região Militar), médico Deusdeth de Moura Ribeiro, e jornalista Frederico Barata (diretor dos Diários Associados em Belém).

Moda

As perfumarias Trianon e Excelsior, ambas na "rua da moda" de então, a João Alfredo, distribuidoras "dos afamados produtos de beleza de Helena Rubinstein", realizaram, ainda em maio de 1954, exposição de "lindas bolsas para 'soirées', luvas de nylon, liso e rendado; 'soutiens' com ou sem alça, modelos novidade; além de um deslumbrante sortimento de finíssimas bijouterias, especialmente selecionadas para a tradicional 'Festa das Flores'", o grande acontecimento da programação da — também então — sofisticada Assembléia Paraense.

O papel do papel

Exemplo

O jornalista Santana Marques, que comandava o jornal *O Estado do Pará*, subiu as escadarias do palácio para agradecer ao governador Alexandre Zacharias de Assumpção por havê-lo nomeado professor de português do Colégio Estadual Paes de Carvalho, na vaga do advogado Cécil Meira. Santana não aceitou a indicação por dois motivos. O primeiro é que a congregação do colégio já havia designado o substituto. O segundo é de que o escolhido era o professor Francisco Paulo Mendes, “que há muito vem lecionando naquele estabelecimento de ensino com a competência e a probidade que todos lhe reconhecem”.

E assim foi feito.

Festa

Já avançava a madrugada de 27 de maio de 1954 quando o empresário Nelson Souza chegou ao “Night Clube El-Marroco” para se divertir. Maramaldo, dono da casa, porém, disse que ali Nelson não entrava, chamando um investigador de polícia a seu serviço para barrar o visitante. Nelson mostrou-lhe então um mandado judicial que lhe franqueava o acesso à boate. Afastou o policial e entrou. Maramaldo reagiu mandando a orquestra parar de tocar e que as portas fossem fechadas. Nelson Souza, advogado a tiracolo, foi acordar o deputado Cléo Bernardo, que, incorporado, acompanhou-o à casa do juiz Hugo Mendonça, autor do mandado. O magistrado vestiu-se, foi ao cabaré, determinou a reativação da festa e abriu alas para o empresário. A crônica não diz o que aconteceu em seguida. A madrugada ainda era criança.

Antinamoro

Em novembro de 1956 a polícia decidiu, mais uma vez, que as estudantes corriam riscos quando saíam de seus cursos noturnos para namorar em lugares pouco iluminados. Por isso, foi iniciada uma blitz sobre os canais de namorados “que, aproveitando-se da escuridão, praticam toda sorte de atos imorais”. No primeiro dia da campanha três casais foram presos depois das 23 horas. Todas as moças eram estudantes da Escola Técnica de Comércio. Uma delas namorava “por trás do palácio do governo”, embora residisse no Telégrafo. Só depois de terem sido entregues aos pais, agradecidos, é que os namorados foram liberados. Não sem mais um susto para fazer baixar o entusiasmo, digamos assim.

A obra imortal de Karl Marx (contra toda a mitologia em torno dos papéis inéditos – em vida – do “jovem Marx”) é, sem dúvida, o monumental *O Capital*, na qual se fundem suas excepcionais qualidades de filósofo, cientista político, sociólogo, economista e historiador. Marx, já avançado nos 50, sábio e iracundo, fez a anatomia do capitalismo sem entrar numa fábrica, nem mesmo na de seu grande amigo e colaborador, o também empresário Friederich Engels. Marx penetrou nas entranhas da engrenagem industrial através dos inspetores de fábrica da Inglaterra, fazendo largo uso dos seus minuciosos relatórios desses burocratas bem britânicos.

Esse exemplo leva a duas lições morais, de inestimável valia especialmente para os jornalistas. A primeira é de que relatórios, do governo ou da iniciativa privada, por mais cacetes que sejam, devem ser lidos, incluindo os diários oficiais. Essa lição parece ter sido aprendida, ainda que de forma um tanto viciada. Daí o sucesso dos dossiês, reunião de documentos que tem servido de matéria prima (e mesmo de produto final) para muito “jornalismo investigativo” famoso.

A outra lição é ainda mais importante, embora suceda a primeira: é preciso saber ler esses papéis. Os relatórios dos inspetores de fábrica da Inglaterra eram distribuídos para muita gente, mas ninguém os leu como Karl Marx. Engana-se quem imagina que Marx, satânico pai do comunismo ateu, simplesmente virou esses documentos de cabeça para baixo, manipulando-os para denegrir o capitalismo.

Mesmo propondo a destruição do nefando regime da exploração do homem pelo homem, produtor inevitável da alienação e da mais-valia, Marx primeiramen-

te o entendeu à perfeição; no segundo passo, descreveu seu funcionamento como ninguém. Há, n’*O Capital*, um indisfarçável entusiasmo pela capacidade revolucionária do seu tema de estudo, uma paixão contagiante pelo mundo que o capitalista criou e moldou. Mas o outro olho de Marx viu, como nenhum outro até então, que essas maravilhas estavam reservadas para poucos, uma elite que manteria seus privilégios ainda que à custa de oprimir a esmagadora maioria. O lado profeta do pensador alemão (ou suas raízes judaicas) se rebelou contra essa injustiça e elaborou uma arrasadora catilinária contra essa fonte de malignidade. Linda e incongruente. Pungente, é verdade, mas não um guia para a libertação dos povos, transformado em catecismo dogmático por Mao Ze-dong e Stálin.

Mas essa já é outra história. A que interessa no momento é dirigida aos jornalistas. Eles não devem aceitar verdades prontas, mesmo as que parecem sedutoramente prontas e acabadas, como nos dossiês ou nos relatórios que suas fontes lhes entregam, pessoalmente ou em entrevistas coletivas. Esse tipo de conduta pode nem sempre acabar na função de meninos de recado, mas não é jornalismo investigativo. Investigar significa submeter esses dados à prova de consistência: questionar, indagar, duvidar. E ir atrás das respostas se os papéis entregues se mostrarem insuficientes. Nunca esquecendo de assinalar, explícita ou implicitamente, de onde vieram.

Caso contrário, com a melhor das intenções, estaremos conduzindo a opinião pública para o laço. E merecendo sermos apontados como moleques de recado de fontes anônimas.

● Argumento

Frei Betto, assessor especial do presidente Lula, tem qualidades notáveis, mas está longe de ser um argumentador de fé. Num artigo escrito para a *Folha de S. Paulo* em defesa da reforma agrária, ele argumenta que os antecessores do seu atual chefe não cumpriram o que haviam prometido para o campo. Sarney prometeu dar acesso à terra a 1,4 milhão de famílias e só assentou 6% delas, ou 90 mil. A meta de Collor era 500 mil famílias, mas só 23 mil foram beneficiadas. Das 90 mil anunciadas por Itamar Franco, o governo atendeu 12,6 mil.

Quando chega na avaliação de Fernando Henrique Cardoso, frei Betto diz que FHC “promoveu um simulacro de reforma agrária, assentando famílias em localidades sem nenhuma infra-estrutura e despertando, via postal, uma ilusão de acesso à terra que frustrou a esperança de milhares que nunca obtiveram a resposta esperada”.

Talvez frei Betto tenha razão nesse juízo, mas por que esqueceu a estatística aplicada sobre os governos anteriores? Os números não serviam mais aos seus propósitos?

Isso pode ser jesuitismo ou maquiavelismo, mas, como diria o prefeito Odorico Paraguassu, não é democratismo.

Autor defende livro sobre dom Alberto

Afastado compulsoriamente de Belém por duas semanas, demorei a tomar conhecimento da matéria que você preparou sobre meu livro, recentemente publicado pela Paka-Tatu, para o **Jornal Pessoal**. Por isto, só agora, para reagir a ela, uso do direito de resposta.

Inicialmente, Lúcio, quero dizer que não tinha nenhuma ilusão quanto aos embaraços públicos que me exporia trazendo à tona uma história conhecida pelas poucas pessoas que conviviam com dom Alberto Ramos, em 1964, em seu palácio. Não tinha nenhuma ilusão quanto a isto porque via que continuavam caladas, sem oportunidade para se manifestar, as pessoas atingidas pelo comportamento adotado então pelo arcebispo do Pará. Estas pessoas eram padres frequentadores ou mesmo moradores daquele palácio, onde muitas vezes também me instalei para poder acompanhar dom Alberto e dom Milton Correa, em suas missas e em suas viagens pelo interior do Pará. Eram meus antigos professores do seminário metropolitano, no qual estudei nos anos de 1962, 1963 e início de 1964, e, ex-companheiros do movimento estudantil secundarista, ligados à Igreja Católica, em que militei, neste período, na condição de secretário do grêmio dos seminaristas.

A história basicamente era a de abandono por parte de dom Alberto Ramos dos padres e leigos católicos empenhados na ação social e política recomendada pelas encíclicas do papa João XXIII, quando os militares derrubaram o presidente eleito João Goulart. E de colaboração do arcebispo na perseguição que eles sofreram.

Como um jovem de 16 anos de idade, eu ouvi nos corredores do palácio arcebispo referências ao fato de que dom Alberto havia delatado "todo mundo" para os militares, inclusive, eu próprio.

Ocorreu então um episódio um tanto obscuro que só agora, depois da polêmica levantada pelo livro eu vim a entender. Um dia, a moça que trabalhava na casa onde morávamos, na Cidade Velha, chegou esbaforida e aflita, dizendo que dois soldados do Quartel General, localizado na Praça da Bandeira, estavam procurando por mim nas ruas de nosso bairro.

Nunca entendi por que estes soldados desistiram da busca que faziam, antes de localizarem minha residência. Agora, lendo trechos das anotações da agenda pessoal de dom Alberto, transcritas pelo irmão dele, num de seus textos de combate ao meu livro, publicado por Elias Pinto, no Diário do Pará, senti uma profunda emoção, ao perceber que o arcebispo havia comentado, nas suas anotações pessoais, a carta de minha autoria, encontrada pelos militares em poder do coordenador regional da Juventude Estudantil Católica, Carlos Alberto Franco, quando ele foi preso. Dom Alberto diz, naquelas anotações que conversou com muitos militares sobre a correspondência apreendida.

A leitura deste documento, que se encontra em posse do irmão do arcebispo, permite supor que estas conversas mantidas entre dom Alberto e os golpistas em algum momento deve ter sido criada, entre os militares, a necessidade de me ouvir pessoalmente. Aparentemente,

aos soldados foi dada a missão de me levarem até o Quartel General, mas a missão foi cumprida sem grande empenho, certamente, porque eles mesmos não conferiam muita relevância a ela.

Depois disto, desisti de ser padre, em Belém, e, fui ser jornalista em São Paulo. Lá recebi convite para começar a lecionar Jornalismo. Na mesma escola onde trabalhava, a Metodista, fiz, nos anos de 1981 a 1983, o curso de mestrado que regularizou minha situação profissional de docente do ensino superior. Ao escolher o tema de minha monografia, resolvi retornar ao tema que conhecera na minha juventude: o destino dos cristãos de esquerda em 1964. Tive de enfrentar uma bibliografia de mais de 100 títulos. Afirma isto, reconstitui todo o período de circulação do jornal que dava sustentação política e teórica à militância daqueles cristãos: o "Brasil, Urgente". Com grande alegria, frequentei naquela ocasião, o convento dos dominicanos, onde o jornal nascera, embora sem poder falar com o grande líder daquela publicação, frei Carlos Josaphat, ainda exilado na Bélgica. Quando meu trabalho ficou pronto submeti-o à avaliação de uma banca formada por três professores doutores da área de Comunicação Social.

Dezessete anos depois, quando minha vida profissional, já me havia levado para outras escolas de Jornalismo em São Paulo, no Paraná, em Minas Gerais, eu pude, por fim pude, retomar, em Belém, o mesmo assunto, já então, como editor de "A Província do Pará". Foi quando localizei, através de telefonemas, dois dos três padres que constavam da lista de nomes apresentada por dom Alberto Ramos em seu livro "Cronologia Eclesiástica do Pará" como a de religiosos que teriam de ser expulsos de nosso Estado - os padres Aluísio Neno, Moisés Lindoso e Diomar Lopes.

Segundo a versão do arcebispo, dado naquele livro, as expulsões teriam ocorrido por ordem do general Ramagem, o líder do golpe militar em Belém.

Ao preparar o caderno "Realidade Amazônica", sobre as atitudes tomadas durante a fase de derrubada de Jango pelo arcebispo do Pará, ouvi aqueles antigos padres. Um deles, Aluísio Neno, preso de modo constrangedor no aeroporto de Belém, disse textualmente que dom Alberto delatou aos militares todos os padres que ajudavam os estudantes. O outro padre, Moisés Lindoso, contou que o então coronel Jarbas Passarinho lhe garantiu: diante dos oficiais do QG, o general Ramagem nunca disse que queria a expulsão dos três padres.

Em conversas com os antigos professores do seminário, os então padres Silvério Maia e Arthêmio Ferreira, me contaram que oficiais do QG da Praça da Bandeira diziam que um bispo - dom Alberto - mandava prender padres e jovens católicos, e, outro bispo - dom Milton - mandava soltá-los. Contaram ainda que uma jovem do Movimento de Educação de Base-MEB, bateu na porta do quarto de dom Milton Correa, no palácio arcebispo, dizendo: "Se vista de bispo! Dom Alberto mandou prender todo mundo. Vamos para o QG!".

Por sua vez, o antropólogo Heraldo Maués, na época também membro do MEB, lembrou ter visto dom Alberto reagir de modo passivo ao pedidos veementes de dom Milton para que tomasse uma atitude de defesa dos padres e católicos perseguidos pelos militares.

Já o historiador do seminário arcebispo de Belém, Hugo Rocha, autor da biografia oficial de dom Alberto, usada por ocasião da sua festa de 50 anos de sacerdócio disse já ter ouvido de alguns padres da diocese de Belém a denúncia de que o arcebispo havia denunciado membros da igreja aos militares.

Por fim, um dos maiores amigos do arcebispo, o padre Davi Laredo contou que desde 1974 ele já havia percebido que era verdadeira a denúncia contra dom Alberto.

Agora, quando a Paka-Tatu decidiu republicar o caderno Realidade Amazônica, encontrei inúmeras manifestações da disposição de dom Alberto para colaborar com os militares na centena e meia de recortes de jornais de abril de 1964 que consultei.

Fiz esta longa retrospectiva, Lúcio, para poder expressar a minha estupefação diante das restrições que você faz ao meu livro em sua matéria para o **Jornal Pessoal**.

Você diz que o livro resultou de uma pesquisa rápida demais, quando na verdade, ele, como acabei de mostrar, contém uma vivência minha de quase 40 anos e, você bem sabe, a vivência é uma das formas de pesquisa da verdade jornalística. Sem ela, eu não teria tido acesso às informações sobre os corredores do palácio de dom Alberto. Sem ela, não teria deixado os padres e leigos perseguidos pelo arcebispo à vontade para falar de um assunto central da vida de muitos deles.

Você diz que o livro resultou da consulta a poucas fontes quando para escrevê-lo venho, de algum modo, me preparando desde quando enfrentei aquela longa bibliografia sobre o Golpe Militar ao me submeter àquela banca de doutores em Comunicação Social no final de meu mestrado. E ainda depois, tanto quando entrevistei todas as pessoas importantes na reconstituição do comportamento de dom Alberto em relação a seus padres e leigos no período de 1964, como quando levantei os noticiários de cinco jornais locais do mês de abril daquele ano.

O livro que você acusa de estar apoiado em poucas fontes, de fato, se apoiou em duzentos e quatro fontes - entre entrevistados, livros e jornais -, relacionadas em sua bibliografia.

Em contrapartida, com todo o respeito que você merece, sou obrigado a perguntar neste instante: já você, Lúcio, em que fontes se baseia para sustentar que dom Alberto foi incapaz de cometer o ato indigno de pedir a prisão de quem divergia dele, em 1964?

Gostaria de saber o que exatamente você conhece do comportamento de dom Alberto, por ocasião do Golpe Militar e onde e como você obteve o conhecimento a respeito disto?

Afinal, qual a proximidade que você tinha do arcebispo ou da parte da Igreja Católica de quem ele divergia, naquele período?

Eu tive de consultar mais de 200 fontes para dizer o que disse. E você, Lúcio, quantas e quais fontes consultou para desqualificar minha pesquisa?

Como disse no início deste texto, eu não alimentava ilusões quanto aos embaraços que iria enfrentar ao tentar dar voz a uma parcela da Igreja Católica do Pará, colocada nos porões da sua História Oficial.

Mas estupefato mesmo só fiquei com a contribuição dada agora por você no

combate ao meu livro - uma campanha encetada, sobretudo, pela mais importante empresa de comunicação do Pará, feita através de um silêncio intencional, arrasador, e, por Hélio Gueiros e assemelhados. Logo você que enfrenta até na Justiça a mesma empresa e já foi vítima das agressões do mesmo político.

Digo que você aderiu àquela campanha porque apresentou a seus leitores uma visão extremamente empobrecida do meu livro. Segundo você, nada do que incluí nele permite afirmar que dom Alberto mandou prender os seus padres. E mais: você diz que o livro se fundamenta no único testemunho de frei Betto. A este respeito gostaria apenas de lembrar o que você mesmo escreveu, num e-mail dirigido a mim, quando foi publicado o caderno "Realidade Amazônica", com o mesmo título do meu livro, ambos relativos à denúncia feita por frei Betto de que dom Alberto havia mandado prender seus padres.

Disse você naquela ocasião: "*Guiado pela curiosidade, pelas perguntas bem feitas e pela preocupação com os fatos, o bom repórter faz História quando faz bom jornalismo. Nada resiste a uma boa investigação. Uma boa investigação jornalística a tudo pode alcançar, como você deixa claro nesse primeiro caderno*". Portanto, quando você não havia engrossado esta campanha pôde enxergar muitos outros aspectos no meu trabalho além daqueles que alcançou agora.

Em sua matéria para o **Jornal Pessoal**, você diz que haveria erros e equívocos flagrantes na minha pesquisa. Estes erros e equívocos você foi encontrá-los em dois momentos.

Primeiro, quando eu próprio mostrei que dois jornais tinham noticiado uma reunião do clero, cujo sigilo havia sido quebrado por dom Alberto com o objetivo de tornar os militares cientes das medidas que ele iria anunciar nela contra os padres considerados subversivos. De acordo com você, o sigilo só teria sido quebrado se apenas um jornal tivesse noticiado a reunião.

Segundo, quando eu informei que uma canoa fora usada para transferir Benedito Nunes, preso, de Alenquer até Belém. Você acha isto impossível já que a distância entre as duas cidades é de 900 quilômetros. No entanto, se tivesse feito uma leitura um pouco mais atenta deste trecho do livro veria que a canoa foi usada apenas até Santarém, a partir de onde o político cassado foi transportado de avião.

Na verdade, a quase totalidade do meu livro foi ocultada por você. O que há, de verdade nele, são dezoito matérias, além da bibliografia, elaboradas com o apoio das fontes que consultei. Há nele todos os textos do caderno "Realidade Amazônica": o de uma matéria sobre a denúncia de frei Betto, de outra com o padre Aluísio Neno, de outra com o padre Moisés Lindoso. O caderno tem ainda a reconstituição da história do padre Diomar Lopes, já morto, um perfil de dom Alberto Ramos, uma entrevista com o coordenador regional da JEC em nossa região, e outra, com o grande líder dos jovens católicos, frei Carlos Josaphat. Há também um artigo sobre a criação do pânico anticomunista.

No livro há ainda as matérias preparadas agora na republicação do caderno: um levantamento sobre as delações ocorridas em Belém, feito no livro "Na

Planície" de Jarbas Passarinho e outro das notícias da repressão política em Belém dos jornais locais de abril de 1964, inclusive, as relativas às prisões de Ruy Barata, Raimundo Jinkings, Benedito Monteiro, Pedro Galvão, Ana Diniz e outras pessoas. Há um levantamento das atividades públicas de dom Alberto, naquele mês e uma análise da página publicada por "O Estado do Pará", em 1979, sobre a ida do arcebispo à televisão no período do Golpe Militar. A este material foram também acrescentados dois depoimentos: o de um fazendeiro golpista e de Ruy Barata. Por fim, há no livro um longo texto sobre a repercussão obtida pelo caderno "Realidade Amazônica". E - imagine só a minha ingenuidade -, um depoimento seu, prestado via internet a mim.

Além disto, o livro contém duas páginas com 10 charges de 1964 e quarenta e uma outras ilustrações.

Quase nada disto aparece na visão que você oferece do livro a seus leitores.

Quero acreditar, Lúcio, que não há má fé na sua disposição de emprestar o peso de seu prestígio profissional na campanha contra a minha iniciativa de trazer à tona um tema tão incômodo. Há, suponho, apenas o desejo de ser justo com dom Alberto com quem, parece, você criou relação afetiva, depois de 1964, apesar dos desentendimentos ocorridos entre vocês dois..

Diante disto, quero terminar lembrando a você que pretendi somente abordar um instante da longa carreira sacerdotal do arcebispo. E que, não me neguei a incluir no livro todos os elogios que os entrevistados fizeram a outros instantes da vida dele.

Como acredito na sua correção profissional, nem vou me dar o trabalho de pedir que você dê a esta minha resposta o mesmo destaque que deu à sua matéria, como determinam a Constituição Brasileira e a Lei de Imprensa, evitando portanto, aquele costumeiro e lamentável costume de nossos jornais de jogar as manifestações de quem se sente atingido por alguma matéria na fossa comum da seção das cartas de leitores, onde elas são editadas com corpos tipográficos reduzidos.

Com o abraço de

Oswaldo Coimbra

MINHA RESPOSTA

Coimbra podia contestar à vontade (embora, talvez, com mais objetividade, considerando a fragilidade do espaço neste jornal) minha resenha sem precisar empacotá-la numa teoria conspirativa - contra ele, naturalmente. Se há uma orquestração contra seu livro, acho estar mais do que óbvio, para um leitor menos prevenido, que dela não faço parte nem lhe dou a mais remota aprovação, muitíssimo pelo contrário (esta é a terceira matéria a respeito que sai aqui).

Quando as reportagens foram originalmente publicadas em *A Província do Pará*, emprestei minha imediata solidariedade, referida por Coimbra em sua carta por outro ângulo (sim, foram jornalismo válido; não quer dizer que imune a críticas, especialmente quando servem de matéria prima para um livro publicado três anos depois). Independentemente de seus erros (que seguidamente apontei, de público ou particularmente), essas matérias reavivaram um tema importante, que devia ser discutido ao invés de ser mantido em cova rasa, estando o suposto morto vivinho da silva (ainda que vários dos protagonistas se tenham ido para outra dimensão ou para

a memória do fim, nem por isso levando o tema para a sepultura). Também destaquei alguns dos seus méritos, já agora na forma de livro, como recolocar em pauta atos de indignidade praticados em 1964 por catões e vestais de hoje, dentre os quais a cassação de Benedito Monteiro, coonestada por gente como Hélio Gueiros, depois arauto da oposição.

Como resenha não significa reconstituição, centrei-a no eixo do livro, descartando os elementos acessórios (alguns) ou repetitivos (muitos). Reitero que Coimbra não apresentou sustentação documental para sua denúncia: de que dom Alberto Ramos "mandou prender seus padres". Se o arcebispo de Belém praticou essa indignidade, ela não está provada no livro. Sirva essa conclusão a "a" ou "b". Chega-se ao final da leitura esperando que surja a prova e ela se reduz a acusações e provas de pecados outros do arcebispo, mas não este especificamente - e o livro é categórico na afirmativa de que o bispo mandou efetivamente prender seus padres. Logo, há a frustração. Do leitor e do próprio livro.

Coimbra fez 11 entrevistas, leu 40 livros (a esmagadora maioria, que usou na sua tese de mestrado, sem relação direta com o episódio paraense, faltando nessa bibliografia geral, entretanto, a indispensável obra de Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, a recomendar cautela com as palavras de frei Betto) e consultou dezenas de recortes de jornais. Com tudo isso, a pesquisa é apressada e superficial, não só pelo material em si, mas pela postura e pelo método de Coimbra ao usá-lo.

Dou só um exemplo, que se mantém na sua resposta. Diz ele que, por superficialidade minha, atribuí-lhe a impropriedade de imaginar Benedito Monteiro (que ele, erroneamente, grafa Benedito Nunes) sendo recambiado de Alenquer para Belém de canoa, por mais de 900 quilômetros. "No entanto, se [eu] tivesse feito uma leitura um pouco mais atenta deste trecho do livro veria que a canoa foi usada apenas até Santarém, a partir de onde o político cassado foi transportado de avião", ensina Coimbra. Convido o leitor a ir à página 93 do livro, onde está o trecho citado ("A transferência de Benedito para Belém deu-se numa canoa, na qual ele viajou amarrado como um bicho") e tentar encontrar as informações que Coimbra diz aí se acharem. Na verdade, elas aparecem na página 146, mas como reprodução de jornais da época, não como narrativa do autor.

Sugiro ao distinto leitor mais interessado no assunto que leia o livro, a resenha, a carta de Coimbra e minha resposta para tirar suas conclusões. Quanto aos subjetivismos e malícias da contestação do autor, que talvez exponham sua falta de prática em controvérsias, informo (a quem interessar possa) que nunca fui amigo de dom Alberto Ramos. Encontramo-nos muitas vezes por força da minha profissão e do ofício dele. Trocamos farpas em várias ocasiões, verbalmente ou por escrito. Várias vezes condenei seus atos ou escritos, em uns poucos momentos o elogiei. Nossas posições sempre foram francamente distintas e, freqüentemente, antagônicas. Divergindo dele, porém, eu o respeitava como um contrário, com o sagrado direito de pensar diferentemente de mim. Se ele tivesse mandado prender seus padres, eu jamais o teria respeitado. Fosse em vida ou fosse agora, pós-morte, se Oswaldo Coimbra tivesse confirmado no conteúdo do seu livro o que anuncia seu título.

Falta de energia

● A declaração feita em Belém pelo presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, de que a empresa não pode avançar na verticalização do aproveitamento do minério de Carajás por falta de energia tem um endereço certo: pressionar o governo federal para aceitar a renovação do contrato de energia entre a Albrás, controlada pela CVRD, e a Eletronorte. O contrato atual, com vigência de 20 anos, terminará em maio de 2004.

A proposta da Albrás é pela redução do subsídio que recebe desde 1984: ao invés de pagar 14 dólares por quilowatt/hora, pagaria US\$ 22, passando a receber a tarifa da sua similar em São Luís do Maranhão, a Alumar, que tem à sua frente a Alcoa, maior fabricante mundial de alumínio, e a Billiton. A diferença entre o custo de energia que a Eletronorte coloca em Vila do Conde e a tarifa praticada equivale ao valor de uma fábrica nova de alumínio para a Albrás. Como se, depois do fim da vida útil da planta, ela pudesse começar do zero. Ainda assim, partiria com uma dívida de um bilhão de dólares e ainda deficitária operacionalmente por causa do peso do seu custo financeiro.

Na mesma semana em que Agnelli condicionou o avanço da CVRD na cadeia produtiva à oferta de mais energia, a Cosipar inaugurada seu quarto forno, elevando sua produção das atuais 380 mil toneladas para 500 mil toneladas anuais de ferro gusa. Junto com o novo forno, que confirma a condição da empresa de maior guseira do Pará, a Cosipar ampliou sua termelétrica, que se alimenta do gás produzido pela queima do minério. Essa térmica tem capacidade para 10 megawatts, 37 vezes menos potência do que cada uma das 15 máquinas (de um total de 23) da hidrelétrica de Tucuruí. Pois a Cosipar só utilizará, pelo menos por enquanto, 60% da energia dessa térmica, colocando o restante no mercado de Marabá.

Quando a demanda não é tão intensiva como numa fábrica de alumínio, há alternativas para o suprimento de energia que não dependem dos mastodontes hidrelétricos. Mas a frase do presidente da CVRD soa como um dobre de finados para o Pará, que tem no seu território a segunda maior hidrelétrica do país (responsável por 8% da produção nacional), exporta mil megawatts de energia todos os dias e tem seu caminho industrial embaraçado pela falta de energia.

Enquanto isso, no Maranhão ninguém questionou a existência e o custo da energia para a fábrica de placas que lá a Vale e a Baosteel pretendem começar a implantar. Grande parte da energia usada no Maranhão, inclusive pela Alumar, vai de Tucuruí. Quando a hidrelétrica do Tocantins não pode transmitir energia ou reduz sua transferência, o Maranhão se vale da Chesf, que também pode supri-lo. O Pará, quinto maior produtor brasileiro de energia, não se espanta (e muito menos se indigna) quando uma frase tão dura e melancólica é dita na sua capital.

A Amazônia no país: um imenso vácuo

Quando cheguei para trabalhar na sede de *O Estado de S. Paulo*, em 1972, o dono do jornal, Júlio Mesquita Neto, era tido na redação como uma espécie de bicho-papão. Por circunstância, consegui acesso ao temido “aquário” (o já então tradicional gabinete envidraçado do chefe, limítrofe com a redação). Numa das conversas com o “doutor Júlio”, como o tratavam, sugeri-lhe criar a primeira sucursal regionalizada do jornal na Amazônia. Essa sucursal, instalada em Belém, comandaria uma rede de correspondentes em toda a região.

Mas não se limitaria a ser uma intermediária de São Paulo: teria poder decisório sobre as matérias amazônicas a serem transmitidas para a sede. Se a editoria aprovasse uma matéria de 50 linhas, por exemplo, essas 50 linhas seriam redigidas em Belém, no enquadramento da pauta, e assim seriam editadas, sem modificação. Eu pensava que, dessa forma, estaríamos inoculando o antídoto ao exotismo e à ignorância em relação a uma região que ocupa 60% do território nacional, dois dos males da cobertura jornalística sobre a Amazônia.

O “doutor Júlio” avalizou o projeto. Na época, ninguém podia escrever sobre a Amazônia nem se declarar bem informado sobre a região sem consultar as páginas do *Estadão* (a bibliografia de então é pródiga tanto em citações quanto em deliberadas omissões sobre sua fonte). A folha dos Mesquita não era apenas o mais bem informado jornal do país. Sua preciosa rede de sucursais e correspondentes, montada naquele início da década de 70 (graças, sobretudo, ao tirocínio de Raul Martins Bastos), lhe permitia ser mais bem informado do que o próprio governo. Infelizmente, boa parte dessas informações não chegava ao grande público. Em época de regime militar ditatorial, o censor na redação era uma extensão do Big Brother a ter acesso privilegiado ao melhor que a máquina informativa do *Estadão* produzia. Uma parte da história expurgada desse período repousa no arquivo de material censurado do jornal, infelizmente sem merecer a devida atenção dos pesquisadores.

No final de 1974 voltei para Belém com a missão, fortalecida pelo apoio do chefe, de implantar a sucursal da Amazônia. Montamos o escritório central, fizemos um seminário com os contratados e instalamos correspondentes em todas as capitais da região, com o luxo de termos um representante em Marabá e outro em Santarém, quando os jornais da capital ignoravam o interior. Começamos com enorme entusiasmo o que pretendia ser uma nova etapa do jornalismo.

Paramos logo depois. Não só por causa de atritos com a burocracia da empresa e alguns dos donos da opinião do jornal, mas porque a imprensa brasileira entrou num período de crise e descida da ladeira, que explodiria na malfadada greve de 1979. Ainda esperei que o “doutor Júlio” pudesse retomar o interesse pelo projeto, mas quando vi que a janela aberta para a Amazônia em São Paulo se fechou, peguei o boné e me mandei. Foi então, em 1988, que desisti da possibilidade de uma cobertura decente da Amazônia pela grande imprensa brasileira.

Um sobrinho do “doutor Júlio”, Rodrigo Mesquita, reabriu-me a janela no final de 2000, embora uma abertura bem mais acanhada. Durante dois anos escrevi uma coluna, a “Carta da Amazônia”, no portal da Agência Estado, à qual ele deu vida e envergadura em anos de dedicado trabalho. Expressei os pontos de vista da região sobre questões que muitas vezes são analisadas e decididas pelos tutores da região, seus gurus, *bwanas* ou algozes, que costumam se apresentar como porta-vozes amazônicos credenciados. A janela voltou a se fechar, batida por mais uma ventania de crise no grande jornal paulista, no início deste ano. E retornei ao meu posto de *outsider* neste jornalzinho.

Conto a história como ilustração de gratidão ao pronunciamento solitário da senadora Ana Júlia Carepa sobre a tentativa de fraude de que fui vítima (**veja matéria nesta edição**). Faço-o não porque a parlamentar me tenha feito um favor pessoal com essa manifestação. Na verdade, ela saiu em defesa da Amazônia. Seja através do jornalismo como nos embates mais diretamente relacionados ao poder decisório, a Amazônia é muito citada e em seu nome muita gente tem subido as escadas da notoriedade. Mas nós, no fundo, nada contamos. Zero depois da vírgula por detrás da retórica e da propaganda, somos ignorados pelo centro do poder, seja no Palácio do Planalto, onde a equipe presidencial produz suas normas à distância da região (mais do que uma distância geográfica, um vácuo intelectual e emocional), seja na redação de uma revista eletrônica.

Chamado a considerar fraude que ameaça um profissional, que também é colaborador da revista, o editor, do alto de sua majestade, pergunta (talvez com um latino quid) pelas credenciais do interpelante. Ah, um jornalista do Norte? Sim, do distante, desconhecido, primitivo e selvagem Norte. Ora, pois: não interessa. Volta-se então o gênio, que circunstancialmente atende pelo nome de Alberto Dines, a se dedicar ao que interessa: seu artigo semanal para o glamoroso (ainda que arqueologicamente) *Jornal do Brasil*. E, como no poema de Bertolt Brecht, faz-se de novo o silêncio na floresta. Só não completo porque Ana Júlia falou.

Obrigado, Ana. Em nome de nossa imensa e desvalida Amazônia, da qual sou apenas um instrumento ou uma decorrência. Suas palavras renovam um compromisso que teimamos em cumprir: o de existirmos.

Jornal Pessoal

Editor: Lúcio Flávio Pinto • Fones: (091) 241-7626

Contato: Tv.Benjamin Constant 845/203/66.053-040 • e-mail: jornal@amazon.com.br

Produção: Angelim Pinto • Edição de Arte: Luiz Pinto